



***Companhia de Gás de
Santa Catarina - SCGÁS***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2005 e de 2004 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Florianópolis-SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia está pleiteando na esfera judicial a utilização de créditos de ICMS no montante de R\$ 8.464.699 (R\$ 6.639.845 em 2004) (registrado no realizável a longo prazo) provenientes da aquisição de materiais e equipamentos para a construção de obras de distribuição de gás natural. Não é possível se determinar o resultado do processo judicial e desta forma a perspectiva de realização de tais créditos. Caso o desfecho seja desfavorável à Companhia este valor será reclassificado para o imobilizado e estará sujeito à depreciação.

5. Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia está negociando com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás o montante de R\$ 299.979.959 (R\$ 281.273.274 em 2004) (contabilizado no exigível a longo prazo em contrapartida de uma conta retificadora no mesmo grupo do passivo), relativo a diferença entre as capacidades de transporte e consumo de gás garantidas em contrato e as quantidades efetivamente transportadas e consumidas. Esta negociação busca a redução futura dessas obrigações, visando adequá-las à realidade de consumo do mercado local, prevendo ainda o não pagamento do atual saldo acumulado. Assim, a continuidade normal dos negócios da companhia está sujeita ao êxito dessas negociações, e depende da não cobrança desse valor pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, bem como da alteração das atuais condições contratuais de fornecimento e consumo de gás.

Curitiba, 3 de fevereiro de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-PR

José Écio Pereira da Costa Junior
Contador
CRC SP-101.318/O-2 T-PR “S-SC”

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	2005	2004		2005	2004
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	572.378	401.796	Fornecedores	63.951.356	36.643.629
Aplicações financeiras	93.521.390	42.606.996	Empréstimos e financiamentos	16.572.703	15.718.569
Clientes, líquido	18.286.941	18.069.429	Obrigações trabalhistas	111.053	102.909
Estoques	309.811	157.347	Obrigações sociais e tributárias	20.017.934	15.439.440
Devedores diversos	230.731	115.230	Variação cambial transporte	7.246.629	1.125.574
Impostos a Recuperar	559.423	1.255.977	Dividendos a pagar	8.976.402	1.850.058
Variação cambial transporte	7.246.629	1.125.574	Outras obrigações	178.987	100.144
Despesas antecipadas e outros	188.050	86.039		<u>117.055.064</u>	<u>70.980.323</u>
	<u>120.915.353</u>	<u>63.818.388</u>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Aplicações financeiras	4.523.791	4.788.247	Empréstimos e financiamentos	41.945.464	53.299.131
Impostos a recuperar	8.464.699	6.639.845	Outras obrigações	280.837	56.283
	<u>12.988.490</u>	<u>11.428.092</u>		<u>42.226.301</u>	<u>53.355.414</u>
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado, líquido	140.866.286	132.828.302	Capital social subscrito	50.443.518	32.028.910
Diferido, líquido	5.059.791	4.470.312	Reserva legal	6.425.612	3.799.001
	<u>145.926.077</u>	<u>137.298.614</u>	Reserva de retenção de lucros	63.679.425	52.381.446
				<u>120.548.555</u>	<u>88.209.357</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>279.829.920</u>	<u>212.545.094</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>279.829.920</u>	<u>212.545.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
RECEITA BRUTA	345.961.693	278.713.311
Deduções de vendas	(455.572)	(391.501)
Impostos sobre vendas	<u>(45.925.820)</u>	<u>(33.934.268)</u>
RECEITA LÍQUIDA	299.580.301	244.387.542
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	<u>(214.533.105)</u>	<u>(159.250.604)</u>
LUCRO BRUTO	<u>85.047.196</u>	<u>85.136.938</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Vendas	(4.246.763)	(3.638.869)
Administrativas	(5.834.534)	(4.978.471)
Despesas financeiras	(10.801.278)	(16.608.794)
Receitas financeiras	16.307.831	8.892.657
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(916.388)</u>	<u>(326.484)</u>
	<u>(5.491.132)</u>	<u>(16.659.961)</u>
LUCRO OPERACIONAL	79.556.064	68.476.977
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>1.847</u>	<u>(27.689)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79.557.911	68.449.288
Imposto de renda da pessoa jurídica	(19.865.478)	(17.088.322)
Contribuição social sobre o lucro	(7.160.212)	(6.160.436)
Reversão do juros sobre capital próprio	<u>-</u>	<u>2.472.220</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>52.532.221</u>	<u>47.672.750</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$	<u>4,8869</u>	<u>6,9847</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SC GÁS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
	R\$	R\$	R\$	R\$		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2004	32.028.910	(2.353.722)	1.415.364	18.414.611		49.505.163
Integralização de capital		2.353.722				2.353.722
Lucro líquido do exercício					47.672.750	47.672.750
Destinações:						
. Reserva legal			2.383.637		(2.383.637)	-
. Reserva de retenção de lucros				33.966.835	(33.966.835)	-
. Dividendos					(8.850.058)	(8.850.058)
. Juros sobre capital próprio					(2.472.220)	(2.472.220)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	32.028.910	-	3.799.001	52.381.446	-	88.209.357
Integralização de capital	18.414.608			(18.414.608)		-
Lucro líquido do exercício					52.532.221	52.532.221
Destinações:						
. Reserva legal			2.626.611		(2.626.611)	-
. Reserva de retenção de lucros				37.429.207	(37.429.207)	-
. Dividendos					(12.476.403)	(12.476.403)
. Dividendos Adicionais				(7.716.620)		(7.716.620)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	50.443.518	-	6.425.612	63.679.425	-	120.548.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	52.532.221	47.672.750
Despesas que não afetam o capital circulante:		
. Depreciação e amortização	17.715.416	15.755.792
. Variações monetárias do exigível a longo prazo	600.251	1.332.017
. Baixa de ativo imobilizado	45.000	-
	<u>70.892.888</u>	<u>64.760.559</u>
Dos acionistas		
. Integralização de capital	-	2.353.722
	<u>70.892.888</u>	<u>67.114.281</u>
TOTAL DAS ORIGENS		
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo	1.560.398	2.087.532
Imobilizado	25.329.400	24.867.620
Diferido	1.058.479	831.933
Dividendos	20.193.023	8.850.058
Juros sobre capital próprio	-	2.472.220
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	11.729.364	4.331.606
	<u>59.870.664</u>	<u>43.440.969</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES		
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	<u>11.022.224</u>	<u>23.673.312</u>
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante	120.915.353	63.818.388
Passivo circulante	<u>(117.055.064)</u>	<u>(70.980.323)</u>
Capital circulante (negativo) líquido final	3.860.289	(7.161.935)
Menos - Capital circulante (negativo) líquido inicial	<u>(7.161.935)</u>	<u>(30.835.247)</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	<u>11.022.224</u>	<u>23.673.312</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

Até 31 de março de 2000, a companhia encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando parcialmente suas atividades de distribuição de gás a partir do mês de abril de 2000. O contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data.

No exercício de 2005, foram distribuídos pela SCGÁS 472 milhões de metros cúbicos de gás natural, passando de 142 clientes existentes no início de 2004 para 210 clientes utilizando efetivamente o gás natural no final do exercício. A rede de distribuição da companhia é formada por 9 unidades denominadas “ ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER” e 612 Km de ligações para fornecimento de gás natural.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares e consoante às práticas contábeis descritas a seguir:

a) Aplicações Financeiras

Registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.

b) Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, o qual não excede o valor de mercado.

d) Despesas antecipadas

São registradas ao custo e estão apresentadas líquidas das apropriações efetuadas até a data do balanço.

e) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações dos bens são calculadas e registradas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens informada na nota explicativa nº 9.

f) Diferido

É representado por despesas para a viabilização da rede de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina e gastos com implantação de sistemas informatizados, os quais vem sendo amortizados pelo prazo de dez anos.

g) Imposto de renda e contribuição social

São provisionados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. O imposto de renda (R\$183.921) e a contribuição social (R\$66.211) diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro das demonstrações financeiras e o lucro para fins fiscais, com base nas alíquotas vigentes na data de sua constituição.

h) Demais ativos e passivos

São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço.

i) Resultado do exercício

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

j) Juros sobre capital próprio

Foram calculados no limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos na Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram efetuadas com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado para cobrir eventuais desembolsos ou perdas financeiras a serem registradas nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas

estimativas incluem provisão para devedores duvidosos e imposto de renda diferido. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. DISPONIBILIDADES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Caixa	6.330	4.290
Bancos	<u>566.048</u>	<u>397.506</u>
	<u><u>572.378</u></u>	<u><u>401.796</u></u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Remuneração</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Banco do Brasil	CDB e Fix Corporate	62.197.976	18.709.616
CEF - Miramar	CDB	-	972.978
CEF - Principal	Faç pré-fixado	31.323.414	22.924.402
CEF - Reserva	Faç pré-fixado	<u>4.523.791</u>	<u>4.788.247</u>
		98.045.181	47.395.243
(-) aplicações de curto prazo		<u>(93.521.390)</u>	<u>(42.606.996)</u>
Total de aplicações de longo prazo		<u><u>4.523.791</u></u>	<u><u>4.788.247</u></u>

5. CLIENTES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Distribuição de gás canalizado	19.022.625	21.099.509
PDD	<u>(735.684)</u>	<u>(3.030.080)</u>
	<u><u>18.286.941</u></u>	<u><u>18.069.429</u></u>

A provisão para devedores duvidosos, foi constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas. A redução no saldo dessa provisão deve-se as baixas efetuadas de clientes que tiveram a falência decretada e/ou não honraram a concordata no exercício de 2005.

6. VARIAÇÃO CAMBIAL TRANSPORTE

Corresponde a variação cambial do transporte de gás de cada exercício a ser amortizada (reembolsada em 2006) a razão de 1/12 avos, conforme entendimento firmado entre as companhias de gás e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás em 2001, cujos efeitos são repassados aos clientes.

O resultado desta variação cambial é reconhecido no passivo circulante com contrapartida em conta de mesma nomenclatura no ativo circulante, uma vez que esses valores irão compor (reduzir) o custo da tarifa de gás natural no exercício seguinte.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Corresponde a créditos de ICMS provenientes de aquisição de materiais e equipamentos para a construção das obras de distribuição do gás natural.

Em maio de 2000, a COPAT – Comissão Permanente de Assuntos Tributários da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina se manifestou desfavorável à utilização desses créditos. A companhia com base no entendimento de seus assessores jurídicos quanto ao êxito na recuperação desses créditos, registrou o montante de R\$ 8.464.699 (R\$ 6.639.845 em 2004) nessa rubrica. Caso não seja possível a recuperação dos referidos créditos, os valores envolvidos serão incorporados ao ativo imobilizado. Em 26/08/04, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria Executiva, nos termos do Estatuto Social, Art.18, VI, a propor ação declaratória de reconhecimento do direito de utilização de crédito do ICMS sobre o ativo fixo. Em fevereiro de 2005, a Companhia entrou com essa ação, junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

8. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Em 26 de julho de 1996 foi firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás contrato de Compra e Venda de Gás Natural com vigência de 20 (vinte) anos, que estabelece na Cláusula 11^a, que o faturamento do valor referente à diferença entre as capacidades de transporte e consumo de gás garantidos e a quantidade efetivamente transportada e consumida pela SCGÁS serão faturadas antecipadamente e, conforme a Cláusula 10^a, poderão ser recuperados nos trinta e seis meses subsequentes, ressalvados os três últimos anos de vigência do contrato, quando este prazo será reduzido proporcionalmente ao tempo que resta para o término contratual. Caso não ocorra a recuperação nos prazos estabelecidos, esses valores serão contabilizados definitivamente como multa não operacional.

Devido à significativa diferença entre os volumes de gás efetivamente distribuídos e os volumes previstos quando da assinatura do Contrato de Fornecimento, como determina o item 10.7 da cláusula 10 deste Contrato, a SCGÁS está negociando com a Petrobrás um aditivo contratual que prevê, entre outros itens, o não pagamento do montante R\$ 299.979.959 (R\$ 281.273.274 em 2004) relativo ao faturamento antecipado do gás e do transporte desde o início do fornecimento, conforme garantias contratuais (ship or pay – SOP e take or pay – TOP). Esta negociação está consignada em ata de reunião realizada pelas partes em 2 de maio de 2002 e nas correspondências da Petrobrás de 12 de julho de 2002 e 28 de janeiro de 2003. Em reuniões posteriores, conforme correspondência da PETROBRÁS datada de 17 de dezembro de 2003, nova proposta foi apresentada isentando a SCGÁS do pagamento de tais garantias contratuais no período compreendido entre o início de fornecimento e 31 de dezembro de 2010. Proposta similar foi novamente apresentada pela PETROBRÁS à SCGÁS em 09 de novembro de 2004, sendo que sua avaliação e discussão junto à Petrobrás está sendo desenvolvida em conjunto com outros assuntos, que deverão fazer parte de um Aditivo Contratual.

Baseada na cláusula 17^a do contrato supramencionado, que estabelece o direito das partes de revisar e discutir qualquer cláusula de fundo técnico, econômico ou comercial, diante de alterações relevantes que possam ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro, independentemente dos prazos fixados para cumprimento das obrigações contraídas, a SCGÁS acredita no êxito dessa negociação, na assinatura do aditivo contratual e na conseqüente suspensão da obrigação de efetuar o pagamento dos valores faturados antecipadamente. Desta forma, o referido montante foi contabilizado no passivo exigível a longo prazo em contrapartida de uma conta retificadora.

9. IMOBILIZADO

	%	2005	2004
Terrenos		353.990	364.847
Tubulações	10	108.347.227	104.213.440
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10	65.101.629	54.782.986
Equipamentos e móveis administrativos	20	2.650.382	2.421.468
Equipamentos de transporte	10	550.181	281.207
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	181.606	167.664
Intangíveis		951	951
Obras em andamento		<u>22.696.965</u>	<u>12.364.345</u>
		199.882.931	174.596.908
(-) Depreciação acumulada		<u>(59.016.645)</u>	<u>(41.768.606)</u>
		<u><u>140.866.286</u></u>	<u><u>132.828.302</u></u>

Os encargos de empréstimos e financiamentos que estão financiando as obras em andamento

são capitalizados até o momento em que a obra entra em operação.

O prédio da sede administrativa e o prédio do almoxarifado são alugados de terceiros em contratos que vencem respectivamente em 01 de fevereiro de 2007 e 28 de fevereiro de 2007. A Companhia tem um custo mensal com estes aluguéis de R\$ 29.300.

10. DIFERIDO

Serviços	7.059.357	6.948.649
Estudo de viabilidade de novas utilizações do gás natural	<u>1.110.518</u>	<u>-</u>
	8.169.875	6.948.649
(-) Amortização acumulada	<u>(3.110.084)</u>	<u>(2.478.337)</u>
	<u><u>5.059.791</u></u>	<u><u>4.470.312</u></u>

Registra os gastos com serviços para viabilização da rede de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina, amortizados a partir de abril de 2000 a taxa de 10% ao ano. Os gastos com estudos de novas utilizações serão amortizados a partir da implementação dos mesmos no mercado.

11. FORNECEDORES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fornecedor de gás - Petrobrás	58.914.645	34.160.229
Fornecedores de material de serviço no país	<u>5.036.711</u>	<u>2.483.400</u>
	<u><u>63.951.356</u></u>	<u><u>36.643.629</u></u>

12. GLOSAS PETROBRÁS

Em 31 de dezembro de 2005 os valores das glosas efetuadas pela SCGÁS no faturamento da Petrobrás somam R\$ 28.430.833, incluídos acima como parte do saldo de fornecedores, estão assim distribuídos:

Descrição das glosas efetuadas	R\$
a) Correção tarifa transporte pela inflação realizada	10.572.174
b) Discordância na Cobrança de PIS e COFINS	13.092.856
b) PIS cobrado a maior indevidamente	2.674.576
b) PIS e COFINS Faturamentos Complementares	89.285
c) ICMS – Faturamentos Complementares	1.486.476
c) ICMS – Acerto PA de abril e maio de 2001	416.453
c) ICMS - Redução da alíquota (17% para 12%)	99.013
Saldo Pendente em discussão	<u>28.430.833</u>

a) Correção Tarifa transporte pela inflação realizada

A SCGÁS foi a primeira distribuidora a assinar o contrato de fornecimento de gás boliviano com a Petrobrás em 1996. Um Termo de Compromisso assinado junto com o contrato garante o repasse de toda e qualquer vantagem adquirida no futuro por outras distribuidoras de gás.

Nos contratos das demais distribuidoras, as tarifas de capacidade e movimentação são indexadas pela inflação americana efetivamente realizada, e não pela projetada, como previa o contrato assinado pela SCGÁS. Esta nova premissa possibilita tarifas inferiores às atualmente praticadas pela Petrobrás.

A cobrança das tarifas de transporte continua sendo realizada com base na correção anual pela inflação, pré-determinada em 3,5%, onerando o custo do gás. A SCGÁS tem pago as faturas de transporte, com as tarifas corrigidas pela inflação efetivamente realizada, valores iguais às cobradas das demais distribuidoras.

b) PIS e COFINS discordância na cobrança e valores cobrados a maior

Com o advento da lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e da Lei 10.833, de 30 de dezembro de 2003, a Petrobrás aumentou a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3,00% para 7,60%, respectivamente, passando do regime cumulativo para não cumulativo, porém manteve a mesma base de cálculo, desconsiderando os créditos permitidos, que no entendimento da SCGÁS reduziria a carga tributária dessas contribuições. As diversas tentativas de negociação junto a Petrobrás para acertar essas divergências não apresentaram êxito, razão pela qual a SCGÁS mantém a glosa mensal. Foi autorizado pelo Conselho de Administração, em Ata realizada em 26/08/2005, ajuizar ação contra a União, com notificação à Petrobrás para verificar, do interesse desta em discutir o regime jurídico, no intuito de recuperar judicialmente esses valores para a Companhia. Com base no artigo 109 da Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005, estamos solicitando a Petrobrás para retornar a tributar o PIS e a COFINS no regime cumulativo, considerando o não enquadramento no regime não cumulativo que vem praticando, bem como a devolução do valores cobrados indevidamente desde o advento das leis 10.637/02 e 10.833/03.

c) ICMS Incidente sobre Faturamentos Complementares, Acerto da PA de abril e maio de 2001 e Redução de Alíquota 17% para 12%.

Diversas tentativas têm feito a SCGÁS junto a Petrobrás para resgatar o ICMS das operações acima relacionadas, porém não tem obtido êxito.

Através do ofício nº GE-OP/LOGISTICA/FAP 210/05, de 10 de junho de 2005, a Petrobrás informa que esses créditos poderão ser devolvidos mediante a apresentação de Declaração de Não Aproveitamento de Crédito de Tributos e Autorização para Restituição, conforme dispõe o artigo 166 do CTN.

Encaminhamos todas as declarações solicitadas acompanhadas de cópias do livro de apuração do ICMS, cópias das notas de créditos e cópias das notas fiscais de fornecimento de gás natural importado, por meio do ofício nº SCGÁS – GECCO – 003/05, de 24 março de 2005. Até a presente data ainda não obtivemos qualquer resposta da Petrobrás.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Correspondem a financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o objetivo de captar recursos para a expansão da rede de distribuição de gás. Este financiamento está dividido em sub créditos, sendo uma parte com atualização pela taxa de juros de 4% ao ano, mais TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e outra pela variação cambial de acordo com uma cesta de moedas.

A garantia do financiamento está vinculada aos recebíveis da companhia pelo fornecimento de gás, através de uma conta especial junto a Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado na nota 4.

A amortização do valor principal teve início em 15 de janeiro de 2004, sendo a data final 15 de abril de 2011, e se distribuem como segue:

Ano	R\$
2007	16.188.372
2008	12.533.728
2009	8.474.166
2010	4.276.891
2011	472.307
Soma	41.945.464

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

O saldo dessa conta é composto por:

	2005	2004
IRPJ	16.350.801	11.968.383
CSLL	2.449.812	2.446.088
COFINS	674.993	787.978
PIS	146.545	171.129
Outros	395.783	65.862
	<u>20.017.934</u>	<u>15.439.440</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado monta em R\$ 50.443.518 (R\$ 32.028.910 em 2004) está representado por 10.749.497 (6.825.351 em 2004) ações com valor nominal de R\$ 4,69264 (R\$ 4,69264 em 2004) por lote de 10.000 (dez mil) ações, sendo 3.583.167 (2.275.117 em 2004) ordinárias e 7.166.300 (4.550.234 em 2004) preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social. O capital autorizado é de R\$ 70.389.600 (R\$ 70.389.600 em 2004).

A composição acionária em 31 de dezembro de 2005 é a seguinte:

	Quantidade de ações		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Estado de Santa Catarina	1.827.415		1.827.415
Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293
Gaspart – Gás Participações S.A.	824.128	3.583.165	4.407.293
Infraestrutura de Gás para a Região Sul – Infragás	107.496		107.496
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>

15.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

Em 2005 a companhia, conforme deliberado na reunião da A.G.E realizadas em 29/12/05, distribuiu aos acionistas dividendos adicionais pela não realização da Reserva de Retenção de Lucros de 2005 no valor R\$7.716.620. A Companhia também antecipou em 29/12/05 dividendos no valor de R\$ 3.500.000 de acordo com a legislação em vigor, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social subscrito da Companhia conforme demonstrado a seguir.

	Valor R\$
Lucro líquido do exercício	52.532.221
(-)Reserva legal	(2.626.611)
Dividendo mínimo obrigatório	<u>12.476.403</u>
(-) Dividendos antecipados	<u>3.500.000</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>8.976.403</u>

15.3 Reserva de retenção de lucros

Nos termos dos artigos nº 196, da Lei 6.404/76 e nº 202 acrescido pela Lei nº 10.303/01, a administração da companhia propôs a destinação de parte do saldo remanescente de lucros acumulados no montante de R\$ 37.429.207 e do saldo remanescente da Reserva de Retenção de Lucros de 2005 não realizada de R\$2.174.763 à constituição de Reserva de Retenção de Lucros, suportada em seus orçamentos de capital para 2006 aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2005.

O aumento do Capital Social no montante de R\$ 24.075.455 será aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas a ser realizada em abril de 2006 e corresponde aos valores efetivamente incorridos de custo com os planos de investimento para o exercício findo em 2005.

16. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não existem operações com características de instrumentos financeiros que possuem valor de mercado distintos dos saldos contábeis.
